



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público

Ex.mo(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Convite para aquisição de bolsa de horas para desenvolvimento de novas funcionalidades na Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEPA)

Na sequência da adoção de procedimento de ajuste direto no regime geral, conforme previsto na alínea a) do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, convido Vs. Ex.^a à apresentação de proposta, redigida em língua portuguesa, para a prestação de serviços para aquisição de bolsa de horas para desenvolvimento de novas funcionalidades na Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEPA).

1. Os serviços a contratar, bolsa de horas para desenvolvimento de novas funcionalidades na Bolsa de Emprego Público dos Açores, encontram-se descritos no Caderno de Encargos que faz parte integrante do presente ofício-convite, ao qual deve ser dado cabal cumprimento aquando da apresentação da proposta.
2. O procedimento tem um preço-base de 25.200,00€ (vinte e cinco mil e duzentos euros).
3. A decisão de contratar foi tomada pelo senhor Diretor Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público, por despacho de 20/12/2024.
4. A proposta deverá dar entrada, através da Plataforma utilizada pelo Governo Regional dos Açores, a plataforma acinGov, disponível em www.acinGov.pt, até ao 7.º (sétimo) dia após o envio deste convite.
5. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público

- a. Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro (RJCPRAA), preenchido;
 - b. Documento com a estimativa de horas/homem e de perfil associados à integral execução do contrato, com referência preço/hora por perfil;
 - c. Documento com a experiência e certificações dos recursos a afetar à prestação dos serviços e, se necessário, com evidências de que as certificações são equivalentes;
 - d. Documento a indicar os atributos sujeitos à concorrência e a sua localização para avaliação, nos termos do ponto 10 do presente convite;
 - e. Registo de Beneficiário Efetivo completo e datado, com a indicação de todos os beneficiários efetivos, que permita o cumprimento da subalínea iii) da alínea d), do número 2 do artigo 22.º do Regulamento (UE) 2021/241, de 12 de fevereiro de 2021, com o n.º de acesso visível.
6. A proposta e os documentos/ficheiros associados devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma.
7. Uma vez que o preço contratual será inferior a € 200.000,00 não é exigível a prestação de caução, nos termos do número 2 do artigo 43.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.
8. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos no primeiro 1/3 do prazo de entrega de propostas.
9. Para além da proposta deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação previstos nos artigos 40.º do RJCPRAA e 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de até 5 dias após a notificação da adjudicação:
- a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público

- b. Declaração de que o(s) proponente(s) não foi/foram condenado(s) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação - Registo Criminal;
 - c. Declaração de que o(s) proponente(s) tenha(m) a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal - Declaração da Segurança Social;
 - d. Declaração de que o(s) proponente(s) tenha(m) a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal - Declaração da Autoridade Tributária e Aduaneira - Declaração da Autoridade Tributária e Aduaneira;
10. Os documentos indicados em alternativa poderão ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
11. As irregularidades verificadas nos documentos referidos poderão ser supridas no prazo de 5 dias, sem prejuízo da possibilidade de prorrogação do prazo de apresentação dos documentos de habilitação, uma única vez, por solicitação do adjudicatário nos termos do artigo 85.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.
12. A não apresentação dos documentos no prazo referido determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.
13. A proposta apresentada não será objeto de negociação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público

14. Critérios de Avaliação

A avaliação dos modelos de proposta terá como critério de adjudicação o critério multifator seguinte:

$$\text{PPreço} \times 0,50 + \text{PQualidade} \times 0,50$$

Em que:

- **Preço (PPreço)** - Ponderação preço

Este primeiro fator será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PPreço} = [(PB-PP)/PB] \times 100$$

Sendo:

PB – preço base do procedimento;

PP – preço global da proposta do concorrente.

- **Qualidade da Proposta (PQualidade)** - Ponderação qualidade

Este segundo fator será pontuado, de acordo com a média resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Exprecur} \times 0,50 + \text{Certf} \times 0,50$$

Em que

Exprecur - corresponde à experiência do recurso humano com perfil de gestor/arquiteto de sistemas com projetos em Outsistemas de duração igual ou superior a 6 meses avaliada do seguinte modo:

Anos de experiência em projetos Outsistemas	Pontuação
5 anos ou mais de experiência	100 pontos
4 anos de experiência	75 pontos
3 anos de experiência	50 pontos
2 anos de experiência	25 pontos

Cerf – corresponde às certificações adicionais do recurso humano, com perfil de programador, avaliadas do seguinte modo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público

Certificações	Pontuação
2 certificações adicionais em OutSystems Certified Trainer ou equivalente e numa das seguintes certificações ou equivalente: <ul style="list-style-type: none">• Professional Platform Ops Engineer• Professional DevOps Engineer• Professional Mobile Developer• Professional Web Developer	100 pontos
1 certificação adicional numa das seguintes certificações ou equivalente: <ul style="list-style-type: none">• Professional Platform Ops Engineer• Professional DevOps Engineer• Professional Mobile Developer• Professional Web Developer	50 pontos

Em caso de empate como critério de desempate, será utilizada a pontuação no fator qualidade, persistindo a mesma, será utilizada a pontuação no fator qualidade, continuando a persistir o desempate será realizado com recurso a sorteio.

15. Para quaisquer esclarecimentos deverá ser contactada a Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público através do seguinte contacto dropep@azores.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,